

A small version of the iugu logo, consisting of the stylized icon and the text "iugu".

IUGU Serviços na Internet S/A

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	13

Relatório da Administração

Em atendimento a Resolução do Banco Central do Brasil N° 2 artigo 14°, a Iugu Serviços na Internet S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações financeiras, de forma consolidada.

A Iugu foi criada em 2012, com o objetivo de melhorar ou substituir os serviços financeiros e as soluções atuais de bancos corporativos, permitindo que as empresas automatizem toda a sua operação financeira, através de ferramentas que ajudam seu crescimento. Com mais de oito anos de mercado, a Iugu tem crescido de forma expressiva, investindo em estratégias que permitam o desenvolvimento e expansão da Companhia.

O ano de 2020 foi marcado por um acontecimento importante para o crescimento da Companhia: a obtenção da licença do Banco Central (BACEN) para operar como instituição de pagamento. Com essa autorização a Companhia poderá oferecer outros serviços, adicionando ainda mais valor ao dia a dia das empresas. O ano também foi marcado pelo aporte financeiro liderado pela Goldman Sachs Merchant Banking, braço de *private equity* do banco de investimentos, via rodada de investimentos Série B, no valor total de R\$120 milhões destes, R\$ 100 milhões aportados em 2020.

Além disso, a Companhia ingressou em plataformas de integração de e-commerce, investindo em estratégias para a expansão da base de clientes. Assim como o lançamento do novo site institucional, que tem o papel de ser um canal direto de atendimento ao cliente, além de oferecer um serviço de suporte completo.

A Companhia encerra o período com um faturamento de R\$47,9 milhões, atingindo uma receita líquida de R\$42,4 milhões, com um lucro bruto de R\$17,7 milhões.

O volume total processado (TPV) anual fechou em R\$5,4 bilhões, sendo que o volume de boletos bancários representa 90,2% desse valor. Ao final do período, o número de clientes fechou em 2.978, um crescimento de 9% comparado ao ano anterior.

Ainda em 2020, o Banco Central do Brasil, através da Resolução N° 1 instituiu e aprovou o regulamento do funcionamento do PIX. O sistema permite transferências e liquidações instantâneas, independente do horário ou dia da semana. A Iugu acompanhou essa inovação e tem oferecido a ferramenta aos seus clientes desde seu lançamento.

A pandemia do COVID-19 trouxe incertezas no cenário mundial, com impacto negativo em vários setores. A necessidade de isolamento social implicou em uma mudança na forma de consumo, evidenciando a necessidade de encarar o meio digital como a principal forma de consumo de produtos e serviços. Devido ao isolamento social, durante a pandemia e até perdurar esta restrição, a Companhia adotou o modelo 100% *Home Office*, com o objetivo de preservar a saúde de seus colaboradores.

Por fim, a Companhia acredita que 2020 trouxe resultados positivos, mesmo com as incertezas econômicas devido a pandemia, sendo capaz de crescer e atingir seus objetivos para o período. Após a certificação do Banco Central, a Iugu poderá se concentrar no lançamento de novos produtos e no aperfeiçoamento dos existentes, visando aumentar sua base de clientes e gerar cada vez mais valor para todos os *stakeholders*.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

A DIRETORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e ao Conselho de Administração da Iugu Serviços na Internet S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IUGU Serviços na Internet S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IUGU Serviços na Internet S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

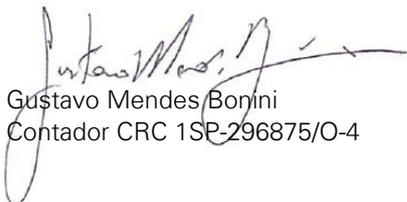
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP



Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.217	8.329	Depósitos	11	89.990	50.538
Disponibilidades		5.919	8.329	Empréstimos	12	5.018	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez		42.298	-	Tributos e contribuições sociais	13	2.281	1.343
Instrumentos financeiros	5	119.392	40.208	Obrigações por transações de pagamento	14	77.576	74.431
Contas a receber	6	98.676	86.689	Outros passivos	15	8.732	2.338
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(5.222)	(5.205)			183.597	128.660
Impostos a recuperar	7	948	723				
Outros ativos	8	857	559	Não circulante			
		262.868	131.303	Contingências	16	386	461
Não circulante						183.983	129.121
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais		-	997	Capital Social	18	129.763	27.990
Imobilizado de uso	9	3.102	697	Prejuízo acumulado		(45.882)	(24.279)
Depreciação	9	(472)	(227)			83.881	3.711
Intangível	10	2.622	74				
Amortização	10	(256)	(12)				
		4.996	1.529				
Ativo		267.864	132.832	Passivo e patrimônio líquido		267.864	132.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IUGU SERVIÇOS NA INTERNET S/A



Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º Sem. 2020	Exercícios	
			2020	2019
Receita de intermediação financeira	19.1	22.390	42.395	35.960
Custo dos serviços prestados	19.2	(13.665)	(24.720)	(21.226)
Lucro bruto		8.725	17.675	14.734
Despesas de pessoal e encargos	19.2	(17.167)	(25.207)	(12.467)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(10.346)	(16.470)	(10.920)
Provisões operacionais	19.2	(319)	(415)	(1.636)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19.2	1.193	1.198	(8)
Resultado operacional		(17.914)	(23.219)	(10.297)
Receitas financeiras		1.336	2.309	998
Despesas financeiras		(452)	(693)	(207)
Resultado financeiro, líquido	19.3	884	1.616	791
Prejuízo do semestre/exercícios		(17.030)	(21.603)	(9.506)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2º Sem. 2020	Exercícios	
		2020	2019
Prejuízo do semestre/exercícios	(17.030)	(21.603)	(9.506)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	(17.030)	(21.603)	(9.506)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Bônus de subscrição	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		8.872	(137)	-	(14.773)	(6.038)
Aumento de capital social		20.429	(1.174)	-	-	19.255
Prejuízo do exercício		-	-	-	(9.506)	(9.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>29.301</u>	<u>(1.311)</u>	<u>-</u>	<u>(24.279)</u>	<u>3.711</u>
Saldos em 30 de junho de 2020		29.764	-	29.999	(28.852)	30.911
Aumento de capital social	18.a	99.999	-	(29.999)	-	70.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(17.030)	(17.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>129.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.882)</u>	<u>83.881</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020		29.301	(1.311)	-	(24.279)	3.711
Bônus de subscrição	18.a	-	-	29.999	-	29.999
Aumento de capital social	18.a	100.462	1.311	(29.999)	-	71.774
Prejuízo do exercício		-	-	-	(21.603)	(21.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>129.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.882)</u>	<u>83.881</u>
Mutação do exercício		<u>100.462</u>	<u>1.311</u>	<u>-</u>	<u>(21.603)</u>	<u>80.170</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2020	Exercícios	
		2020	2019
Prejuízo do Semestre/exercícios	(17.030)	(21.603)	(9.506)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1	17	1.195
Provisão para contingências cíveis	74	14	393
Depreciações e amortizações	407	489	120
Impairment de impostos a recuperar	190	190	-
Baixa de credores diversos	(1.300)	(1.300)	-
Provisão de juros de empréstimos	53	53	-
Prejuízo do semestre/exercícios ajustado	(17.605)	(22.140)	(7.798)
Atividades operacionais			
Aumentos / diminuições operacionais			
Instrumentos financeiros	(36.094)	(79.184)	(32.466)
Contas a receber	(14.325)	(11.987)	(34.506)
Impostos a recuperar	(200)	(415)	(176)
Depósitos judiciais	-	997	(857)
Outros Ativos	(540)	(298)	(176)
Depósitos	30.701	39.452	60.753
Tributos e contribuições sociais	600	938	631
Obrigações por transações de pagamento	9.771	3.145	-
Outros passivos	2.994	6.697	1.269
Caixa (Consumido) proveniente das atividades operacionais	(24.698)	(62.795)	(13.326)
Juros de empréstimos pagos	(35)	(35)	-
Contingências pagas	(82)	(89)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(24.815)	(62.919)	(13.326)
Atividades investimento			
Aquisições imobilizado e intangível	(3.047)	(3.956)	(246)
Baixas imobilizado	-	-	14
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(3.047)	(3.956)	(232)
Atividades financiamento			
Empréstimos	5.000	5.000	-
Pagamento de principal	-	(10)	-
Aumento de capital	70.000	101.773	19.255
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	75.000	106.763	19.255
Variação de caixa e equivalente de caixa	47.138	39.888	5.697
Saldo no início do semestre/exercícios	1.079	8.329	2.632
Saldo no final do semestre/exercícios	48.217	48.217	8.329
Variação de caixa e equivalentes de caixa	47.138	39.888	5.697
Transações non-cash			
Aquisição de ativo intangível à prazo	997	997	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A IUGU Serviços na Internet S/A (“iugu” ou “Companhia”), atualmente sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista - São Paulo - SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes uma série de meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas entre outros.

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“Bacen”) para funcionar como instituição de pagamento (“IP”), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

Ingresso de acionista não controlador

Em 06 de março de 2020, houve ingresso de acionistas não controladores, representantes do Goldman Sachs Merchant Banking, na composição societária da Companhia, que realizaram investimento no montante de R\$ 30.000 por meio de ações e bônus de subscrição. Após a Companhia receber a autorização do Bacen para funcionamento como Instituição de pagamento, os mesmos investidores realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 70.000 em setembro de 2020, mesmo momento em que integralizaram todo o capital investido totalizando R\$ 100.000.

Impactos da COVID-19

A partir de março de 2020, foram sentidos os impactos iniciais da pandemia da COVID-19 com redução moderada no volume transacionado pela iugu, com consequente impacto nas receitas da Companhia neste período. Entretanto, por se tratar de uma fornecedora de serviços de pagamento que viabiliza cobranças online, a iugu viu no segundo semestre de 2020 uma reestabilização de sua receita, ainda abaixo de sua projeção inicial, porém acima dos patamares anteriores à pandemia, sem afetar de forma significativa a liquidez e as operações como um todo.

Adicionalmente, como parte de sua gestão operacional e de controles internos, a Companhia analisou os riscos e incertezas relacionados a pandemia e não identificou impactos que requeressem ajustes relevantes sobre estas demonstrações contábeis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) as quais levam em consideração as regras contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - (“CMN”) e do Bacen, denominadas em conjunto “COSIF”, quando aplicáveis.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Informações financeiras comparativas

As informações financeiras comparativas foram auditadas por auditor independente e foram elaboradas com base na legislação societária brasileira e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (“CPC”). Quando do encerramento do exercício de 2019, como a iugu ainda não era uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil, as demonstrações não foram elaboradas e, conseqüentemente, auditadas em conformidade com as práticas aplicáveis às instituições de pagamento emanadas pelo BACEN e pelo CMN.

Apesar de o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº2, facultar a apresentação das informações comparativas no ano em que a instituição recebe a autorização para funcionamento, os saldos foram preparados em conformidade com as práticas aplicáveis às instituições de pagamento emanadas pelo BACEN e estão sendo apresentados para garantir maior compreensibilidade à posição patrimonial e financeira da iugu. A Companhia tomou tal decisão também considerando que não foram observados impactos relevantes nas práticas que a iugu adotava antes de obter sua autorização do Bacen. Demonstramos abaixo as principais reclassificações no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 para sua apresentação de acordo com as regras do BACEN:

Ativo	31 de dezembro de 2019		
	CPC	Reclassificação	BACEN
Caixa e equivalentes de caixa	48.537	(40.208)	8.329
Instrumentos financeiros	-	40.208	40.208
Contas a receber	81.484	5.205	86.689
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(5.205)	(5.205)
Outras contas do ativo	2.811	-	2.811
	132.832	-	132.832
Passivo e patrimonio líquido			
Depósitos/ (Valores a repassar)	124.969	(74.431)	50.538
Obrigações por transações de pagamento		74.431	74.431
Outras contas do passivo	4.152	-	4.152
Patrimônio líquido	3.711	-	3.711
	132.832	-	132.832

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para mil mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em

contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria descrita no item (iii). Não houve reclassificações entre categorias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

3.3 Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades pela utilização da plataforma.

Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Como parte do curso normal das atividades, a iugu está exposta ao risco de perdas associadas a *chargebacks* sobre transações que foram anteriormente antecipadas por seus clientes, e que eventualmente não possuem saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia. A iugu constituiu provisão para 100% dos *chargebacks* com tal característica.

Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre suas perdas esperadas baseando-se no histórico de perdas efetivas frente ao montante total processado e concluiu que a potencial perda é imaterial.

A expectativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber e

foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.4 Impostos a recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar em exercícios futuros.

3.5 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em " Outras receitas e despesas operacionais, líquidas " na demonstração do resultado.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de uso, (ii) Softwares adquiridos; e (iii) intangível desenvolvido internamente.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato.

3.7 Depósitos

O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação.

3.8 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.9 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a repassar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre.

3.10 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme descrito em nota explicativa nº 16.

3.11 Outros ativos e passivos circulantes

Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço.

3.12 Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento.

3.13 Receita de intermediação financeira

A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão.

3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia quando obtiver lucro, irá apurar e recolher o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. E, Contribuição Social à alíquota de 9%.

Com isso a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, as alíquotas acima informadas.

O regime de tributação adotado pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o de lucro real anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Dado o histórico de prejuízos fiscais a Companhia decidiu não constituir créditos fiscais diferidos por base negativa e diferenças temporárias.

3.16 Redução do valor recuperável

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, ganhos e perdas cambiais não realizados, ganhos e perdas de atualização monetária, quando aplicável; e ii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

3.18 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.19 Aplicação de novas normas - Resolução BCB nº 2/2020

Em 12 de agosto de 2020, foi emitida a Resolução BCB nº 2/2020 que consolida as regras para elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras, revogando a Circular nº 3.959, sendo que as disposições da mesma foram incorporadas na Resolução BCB nº 2/2020. Destacamos que estas demonstrações são as primeiras de acordo com as regras do Bacen/CMN e desta forma já incorpora os requerimentos da citada resolução.

Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidenciação na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que o único impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o exercício de 2020 foi a reversão do saldo de credores diversos evidenciado na nota explicativa 19.2. Exceto por este impacto, todos os outros efeitos estão relacionados as atividades típicas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Disponibilidades (a)	5.919	8.329
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	42.298	-
	<u>48.217</u>	<u>8.329</u>

(a) Refere-se a valores disponíveis para saque em contas bancárias e conta de pagamento instantâneo junto ao Banco central do Brasil.

(b) O montante de R\$ 42.298 refere-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais vinculados a saldo em conta pré-paga. Tais aplicações possuem liquidez diária, rentabilidade indexada ao CDI, têm como contraparte banco de primeira linha e risco imaterial de perdas, portanto, são classificadas como equivalentes de caixa.

5. Instrumentos financeiros

Carteira própria	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Certificados de depósitos bancários	50.175	40.208
Vinculados a saldos em conta pré-paga		
LFT - Aplicação em títulos públicos	<u>69.217</u>	<u>-</u>
	<u><u>119.392</u></u>	<u><u>40.208</u></u>
Vinculados a saldo em conta pré-paga	<u>2020</u>	
Títulos mantidos até o vencimento		
Letras financeiras do tesouro	57.073	
Títulos para negociação		
Letras financeiras do tesouro	<u>12.144</u>	
	<u><u>69.217</u></u>	

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, assim com as faixas de vencimento são como segue:

	Valor contábil	Valor de mercado	Faixas de vencimento			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro	57.073	57.073	-	-	57.073	-
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (*)	12.144	12.144	-	-	-	12.144
Certificados de depósitos bancários (*)(**)	50.175	50.175	2.378	12.895	-	34.902
	<u><u>119.392</u></u>	<u><u>119.388</u></u>	<u><u>2.378</u></u>	<u><u>12.895</u></u>	<u><u>57.073</u></u>	<u><u>47.046</u></u>

(*) conforme determina a circular 3.068/01, para fins de publicação, os instrumentos financeiros classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

(**) A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição) dos certificados de depósitos bancários (CDB), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

6. Contas a receber

A rubrica "Contas a receber", registrada pelo valor de R\$ 93.454 (R\$ 81.484 em 2019), apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

	2020	2019
Recebíveis de adquirentes	83.978	81.444
Contas a receber de clientes	96	40
Valores a receber - Contas negativas	5.222	5.205
(-) PECLD de clientes (a)	(5.222)	(5.205)
Boletos em processamento (b)	9.380	-
	93.454	81.484

(a) A Companhia realiza mensalmente o provisionamento da totalidade das contas com saldos negativos decorrentes principalmente de *chargebacks* onde os clientes não possuem saldo para débito da transação desfeita.

(b) O montante de R\$ 9.380 representa a totalidade de boletos que estavam em processamento no dia 31 de dezembro de 2020 devido a inexistência de expediente bancário nesta data.

O *aging* do saldo de recebíveis de adquirentes é como segue:

	2020	2019
Até 30 dias	41.163	40.033
de 31 a 90 dias	16.692	17.605
de 91 a 120	5.165	5.345
de 121 a 180	8.661	7.524
de 181 a 365	12.297	10.937
	83.978	81.444

7. Impostos a recuperar

A rubrica "Impostos a recuperar", registrada pelo valor de R\$ 948 (R\$ 723 em 2019) é composta pelos valores de IRRF a recuperar e deverá ser deduzido da base de impostos dos períodos subsequentes ou compensado com demais tributos federais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou provisão para *impairment* no valor de R\$190 sobre o saldo de impostos a recuperar devido a eventual impossibilidade de comprovar a existência de créditos registrados de longa data.

8. Outros ativos

	2020	2019
Adiantamento à fornecedores	88	274
Adiantamento de férias	16	14
Despesas antecipadas	638	271
Bloqueio judicial	61	-
Outros ativos	54	-
	857	559

9. Imobilizado de uso

A composição analítica do imobilizado está apresentada abaixo:

	Taxa de depreciação anual %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos de processamento de dados	20	2.029	(391)	1.638	520	(178)	342
Equipamentos de comunicação e segurança	20	401	(14)	387	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	76	(25)	51	68	(18)	50
Móveis e utensílios	10	109	(42)	67	109	(31)	78
Benfeitorias imóveis de terceiros	(a)	487	-	487	-	-	-
Total		3.102	(472)	2.630	697	(227)	470

- (a) As benfeitorias estão relacionadas a reforma do novo escritório da Companhia. Sua depreciação terá início quando o escritório estiver pronto para utilização e se estenderá pelo prazo remanescente do contrato inicialmente de 7 anos.

	Equipamentos de processamento de dados (*)	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	520	-	68	109	-	697
Depreciação acumulada	(178)	-	(18)	(31)	-	(227)
Valor contábil	342	-	50	78	-	470
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	342	-	50	78	-	470
Custo						
Adições	1.509	401	8	-	487	2.405
Depreciação						
Adições	(213)	(14)	(7)	(11)	-	(245)
Valor contábil	1.638	387	51	67	487	2.630
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	2.029	401	76	109	487	3.102
Depreciação acumulada	(391)	(14)	(25)	(42)	-	(472)
Valor contábil	1.638	387	51	67	487	2.630

(*) Refere-se principalmente à aquisição de computadores para novos colaboradores e equipamento audiovisual para salas de reunião do novo escritório da Iugu.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

10. Intangível

	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma (a)	Licenças e direitos autorais e de uso (b)	Implantação de software	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	74	-	-	-	74
Amortização acumulada	(12)	-	-	-	(12)
Valor contábil	62				62
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	62	-	-	-	62
Custo					
Adições	-	1.329	1.091	128	2.548
Amortização					
Adições	(21)	(43)	(180)	-	(244)
Valor contábil	41	1.286	911	128	2.366
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	74	1.329	1.091	128	2.622
Amortização acumulada	(33)	(43)	(180)	-	(256)
Valor contábil	41	1.286	911	128	2.366

- a) No segundo semestre de 2020 a Companhia passou a capitalizar os gastos com o desenvolvimento de sua plataforma gerados internamente. Tais gastos estão diretamente ligados a aprimoramentos e criação de novas funcionalidades que por sua vez são controlados pela Companhia, identificáveis e possuem expectativa de geração de caixa a luz do CPC 04 (R1) - Ativo intangível.
- b) Trata-se principalmente da licença de uso do ERP SAP, aquisição estratégica da Companhia com o objetivo de dar segurança e escalabilidade às transações da iugu.

11. Depósitos

	2020	2019
Saldo de clientes disponível (a)	77.432	33.300
Saldo bloqueado de clientes (b)	12.558	17.238
	89.990	50.538

- a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação;
- b) Saldo bloqueado de clientes, refere-se ao saldo em trânsito, entre o pedido de saque efetuado pelo cliente e à disponibilização em conta.

12. Empréstimos

	Taxa de juros	Vencimento	2020	2019
Empréstimos (a)	2,4% a.a.	02/01/2021	5.018	-
Conta garantida		N/A	-	10
			5.018	10

(a) Trata-se de empréstimo com banco de primeira linha. Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o vencimento foi estendido por três meses, sendo a nova data de vencimento dia 05/04/2021. As demais condições foram mantidas.

12.1 Movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020	
Saldo inicial	10
Captações	5.000
Juros	53
Pagamento de juros	(35)
Pagamento de principal	(10)
Saldo final	5.018

13. Tributos e contribuições sociais

A rubrica "Tributos e contribuições sociais", registrada pelo valor de R\$ 2.281 (R\$ 1.343 em 2019) é composta pelos valores de impostos federais, municipais, contribuições sociais e previdenciárias. O aumento da conta está diretamente ligado ao aumento no quadro de funcionários da Companhia.

	2020	2019
IRRF	415	297
PIS	58	37
COFINS	268	173
ISS	116	96
INSS	1.095	546
FGTS	246	171
Outros	83	23
	2.281	1.343

14. Obrigações por transações de pagamento

Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo de clientes a liberar	77.576	74.431
	<u>77.576</u>	<u>74.431</u>

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados em até um ano de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 30 dias	39.959	39.976
de 31 a 90 dias	14.498	13.388
de 91 a 120	4.878	4.554
de 121 a 180	7.643	6.934
de 181 a 360	10.778	9.579
	<u>77.756</u>	<u>74.431</u>

15. Outros passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bônus a pagar (a)	4.164	-
Provisão de férias	1.211	689
Fornecedores nacionais	2.064	179
Fornecedores internacionais	123	-
Credores diversos	1.038	1.287
Outros	132	183
	<u>8.732</u>	<u>2.338</u>

(a) Em 2020 o Conselho de administração da Companhia aprovou a política de remuneração de curto prazo. Desta forma a provisão passou a ser constituída mensalmente sendo revisada pela elaboração destas demonstrações com base na melhor estimativa disponível.

16. Contingências

O saldo de contingências apresentado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 386 (R\$ 461 em 2019) representa causas cíveis classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia.

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 3.046 (R\$ 1.413 em 2019). Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos consumidores finais e versam

sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis.

17. Transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração.

A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Remuneração da Administração

A remuneração paga aos Administradores da Companhia em 2020 foi de R\$ 4.715 (R\$ 814 em 2019).

Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("*phantom shares*"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2020 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ações ordinárias	1.019.740	1.053.400
Ações preferenciais	498.253	344.296
	<u>1.517.993</u>	<u>1.397.696</u>

A movimentação do capital da Companhia é como segue:

Movimentação do capital	Capital social	À integralizar	Bônus de subscrição	Total
Saldo em 1º jan 2020	29.301	(1.311)	-	27.990
Integralização de capital - AGE 31/01 (I)		1.311		1.311
Aumento de capital - AGE 31/01(I)	462			462
Bônus de subscrição e ações (II)	1		29.999	30.000
Aumento de capital - AGE 04/09 (III)	99.999		(29.999)	70.000
Saldo final	129.763	-	-	129.763

I) Aumento e integralização de capital em 31 de janeiro de 2020

Em 31 de janeiro de 2020, por meio de assembleia geral extraordinária, acionistas não controladores aportaram o montante de R\$ 462, mediante a emissão de 768 ações preferenciais. Na mesma data, houve integralização de R\$ 1.311 que estavam pendentes.

II) Bônus de subscrição e emissão de ações em 06 de março de 2020

Em 06 de março de 2020, a Companhia emitiu dois bônus de subscrição, conversíveis em ações, em nome de acionistas não controladores, representantes do Goldman Sachs Merchant Banking, mediante a transferência de recursos no valor de R\$ 29.999, destinados a conta de reserva de capital da Companhia. Na mesma data, os mesmos acionistas integralizaram R\$ 755 reais, mediante a emissão de 2 ações com direito de voto restrito nominativas e sem valor nominal as quais foram neste ato totalmente subscritas e integralizadas.

III) Aumento de capital em 04 de setembro de 2020

Em 04 de setembro de 2020, após a obtenção da autorização da Companhia para funcionar como instituição de pagamento de acordo com as regulamentações do Banco Central do Brasil, os acionistas não controladores, representantes do Goldman Sachs Merchant Banking, converteram o bônus de subscrição no valor de R\$ 29.999 em 79.418 ações preferenciais, com direito a votos restritos, nominativas e sem valor nominal.

Na mesma data, os mesmos acionistas aumentaram o capital da Companhia em R\$ 70.000, mediante a emissão de 70.036 ações preferenciais, com direito a votos restritos, nominativas e sem valor nominal, as quais neste ato foram totalmente subscritas e integralizadas.

19. Resultado**19.1. Receita de intermediação financeira**

A composição da receita líquida de intermediação financeira no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Receita bruta de serviços	25.270	47.868	40.684
(-) PIS sobre serviços	(560)	(1.062)	(959)
(-) COFINS sobre serviços	(1.906)	(3.624)	(3.093)
(-) ISS sobre serviços	(414)	(787)	(672)
	22.390	42.395	35.960

PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para seguridade social	7,60%
ISS - Imposto sobre serviços	2,00% e 2,90%

19.2. Despesas por natureza

As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	2º Semestre de 2020	2020	2019
Salários	(14.133)	(19.483)	(8.165)
Tarifas de boletos e adquirentes	(12.420)	(23.479)	(21.821)
Assessoria, auditoria e consultoria	(3.996)	(6.161)	(4.967)
Encargos	(2.913)	(4.615)	(2.698)
Benefícios	(1.478)	(2.475)	(1.703)
Marketing e propaganda	(2.253)	(3.692)	(2.406)
Custo processamento de dados	(1.385)	(2.043)	(25)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(1.411)	(2.258)	(999)
Impostos sobre importação de serviços	(1.273)	(1.776)	(363)
Serviços de anti-fraude	(774)	(823)	-
Tarifas de transferências	(253)	(589)	(1.392)
Depreciação e amortização	(407)	(489)	(120)
Outras provisões operacionais	(196)	(281)	(1.387)
Telefonia e internet	(103)	(214)	(196)
Eventos e confraternizações	(78)	(149)	(300)
Contingências	(61)	(142)	(441)
Outras despesas	(885)	(1.743)	(1.349)
Outras receitas operacionais (*)	1.313	1.320	19
(-) Capitalização da plataforma	1.329	1.329	-
(-) COFINS	882	1.766	1.689
(-) PIS	191	383	367
	(40.304)	(65.614)	(46.257)

Natureza	2º Semestre de 2020	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(13.665)	(24.720)	(21.226)
Despesas de pessoal e encargos	(17.167)	(25.207)	(12.467)
Despesas gerais e administrativas	(10.346)	(16.470)	(10.920)
Provisões operacionais	(319)	(415)	(1.636)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	1.193	1.198	(8)
	(40.304)	(65.614)	(46.257)

(*) Refere-se principalmente a baixa parcial do saldo de credores diversos em dezembro de 2020 no montante de R\$ 1.300, o qual representava um passivo sem perspectiva de exigibilidade, a Companhia recolheu todos os impostos aplicáveis sobre tal receita. Em atendimento ao requerido no artigo 34 da resolução BCB nº2, destacamos que se trata de um impacto não recorrente no resultado da Companhia.

19.3. Resultado financeiro

Natureza	2º Semestre de 2020	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	1.347	2.362	1.041
Variação cambial	-	5	5
Descontos obtidos	48	48	1
(-) PIS não cumulativo	(51)	(91)	(42)
(-) COFINS não cumulativo	(8)	(15)	(7)
Total de receitas financeiras	1.336	2.309	998
IOF	(281)	(430)	(54)
Pacotes financeiros	(2)	(4)	(5)
Juros passivos	(120)	(121)	(4)
Variação cambial	(3)	(17)	(8)
Multa	-	(40)	(105)
Tarifas de boletos	(12)	(22)	(31)
Outras despesas financeiras	(34)	(59)	-
Total de despesas financeiras	(452)	(693)	(207)

20. Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Não foram constituídos impostos diferidos sobre base negativa de imposto de renda e contribuição social e nem sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2020 devido à incerteza sobre a geração de lucros tributáveis na Companhia nos próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 36.767 (R\$ 19.560 em 2018).

21. Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

A Companhia tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços, de forma aderente aos seus clientes. Sua Administração reconhece que os assuntos relacionados a Compliance, incluindo qualidade de produtos e serviços, acidentes de trabalho, segurança da informação e finanças, constituem fatores de risco para seu crescimento sustentável.

A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco

A Companhia tem uma forte organização de Riscos suportada por políticas e procedimentos internos que cobrem todas as áreas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade tem a responsabilidade de definir as políticas gerais de gerenciamento de Riscos. Também avalia continuamente as medidas de controles de Riscos implementadas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade se reporta ao Diretor Presidente, informando regularmente sobre suas atividades e avaliações.

A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade.

A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado.

Metodologia de Risco

A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização.

Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem:

- Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;

- Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;
- Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;
- Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização.

Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.

a. Risco de crédito

Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil.

A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos:

- Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;
- Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;
- Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.

b. Risco de liquidez

É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O Risco de Liquidez é relacionado à possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações de pagamento nos prazos estabelecidos, sem incorrer em perdas significativas. O Risco de Liquidez tende a aumentar outros riscos, da mesma forma não poder facilmente obter recursos para cobrir uma inadimplência inesperada, pode refletir no Risco de Crédito.

Portanto, é necessário gerenciar os riscos de liquidez em conjunto com o risco de crédito.

A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

- Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;
- Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;
- Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;
- Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais.

Em consonância com a gestão de liquidez da Companhia e de acordo com a Circular 3.705/14 emitida pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento alocados em títulos públicos federais.

c. Gestão de capital

A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Companhia, nos termos da Circular 3.681/13 emitida pelo BACEN, corresponde a 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d. Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco

Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo:

- Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles;
- Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles;
- Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional;
- Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema;
- Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços;
- Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos;
- Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e revalidações periódicas destes processos;
- Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios;
- Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis;
- Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização.

22. Seguros

À Companhia mantem apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Locação imóvel	Danos elétricos	50
	Multa por rescisão contratual	138
	IPTU	139
	Despesas ordinárias	180
	Perda ou pagamento de aluguel a terceiros	240
	Danos ao imóvel	276
	Aluguel	552
	Incêndio	6.000

23. Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2021 a Companhia inaugurou seu novo escritório localizado na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista. O objetivo do novo escritório, alinhado ao plano estratégico da Companhia, é fornecer a infraestrutura adequada para comportar a expansão da Companhia e seu quadro de funcionários.

* * *